

**REQUERIMENTO N.º      /2006**  
(do Sr. Geraldo Resende)

Requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC/CD seja solicitado ao Tribunal de Contas da União auditoria contábil-financeira nas contas da Prefeitura Municipal de Dourados, MS, de seu Fundo Municipal de Saúde, e da Fundação Hospital Universitário, também de Dourados.

Senhor Presidente,

Nos termos dos incisos IV e IV, do artigo 71, da Constituição Federal, combinados com o inciso X, do artigo 24, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, seja solicitada ao TCU a realização de auditoria contábil-financeira nas contas da Prefeitura Municipal de Dourados, MS; de seu Fundo Municipal de Saúde; e da Fundação Hospital Universitário, também de Dourados.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Associação Médica da Grande Dourados, AMGD, somando esforços na luta por lisura no trato da saúde pública pela Prefeitura Municipal de Dourados, têm denunciado o caos que o setor vive.

A Associação, aponta que a crise na saúde pública atingiu “níveis insustentáveis” perceptíveis em atrasos injustificáveis na realização de consultas e exames e a falta de medicamentos, com pacientes esperando até dois anos, desde um simples exame até um tratamento especializado. Se soma a isso as negativas de

internação no Hospital Universitário de Dourados, que gera lotação em outras unidades que atendem o Sistema Único de Saúde.

A situação chegou no ponto extremo da Associação Médica fazer publicar "nota à população", onde os médicos se eximem de responsabilidade prejuízos à saúde e até a morte das pessoas atendidas na rede pública de saúde, em virtude da falta de medicamentos básicos, materiais de urgência/emergência insuficientes e da demora excessiva nos exames, consultas e cirurgias.

A crise é anunciada e tem sua origem, por incrível que pareça, em Abril de 2002 quando foi concluído e equipado o Hospital Universitário de Dourados.

Pela pactuação, a Prefeitura Municipal de Dourados assumiu a administração, criando a Fundação Hospital Universitário. O custeio foi tripartido em uma parte para a Prefeitura Municipal, três partes para o Ministério da Saúde, duas do Governo do Estado.

Ocorre que, somente o Ministério cumpre a sua parte no repasse com regularidade, enquanto Governo Estadual e Prefeitura Municipal, contabilizam milhões em inadimplência.

Além disso, a Prefeitura exige que os recursos do Ministério da Saúde não sejam depositados diretamente para a Fundação, caindo na conta geral da Prefeitura o que notoriamente dificulta a visibilidade de sua execução.

Note-se que o Artigo 2º da Portaria GM 1268 de Junho de 2004 define repasse mensal para a contratualização do Hospital Universitário, da ordem de R\$ 1,2 milhão, baseados em objetivos e metas a serem atingidas pelo HU. Contudo, durante o ano de 2005 a produção média (SAI e SIH) foi de pouco mais de R\$ 300 mil, absurdamente inferior inclusive ao repasse federal, que é de R\$ 600 mil. Necessário lembrar que o Parágrafo Único da supracitada norma determina que os recursos que não são gastos, deveriam ser investidos na compra de serviços de saúde de outros prestadores, minimizando a difícil situação por que passam os usuários do SUS em Dourados e região.

Tamanha inapetência para com a saúde da população, torna utópico o pleno funcionamento do Hospital Universitário de Dourados.

Somente no ano passado, o Fundo Municipal de Saúde de Dourados recebeu aproximadamente R\$ 30 milhões. Desse montante, o Hospital

Universitário recebeu cerca de R\$14,4 milhões e realizou 3.214 internações. De seu lado, o Hospital Evangélico, que recebeu R\$ 7,7 milhões, realizou uma dezena de internações a mais, 13.366. Com isso, o gasto “per capita” no Hospital Evangélico ficou em R\$ 579,00, enquanto no Hospital Universitário o gasto “per capita” foi de R\$ 4.480,00.

É nisso que reside nossa indignação: porque, com tanto recurso, o HU apresentou em 2005 uma produção de irrisórios R\$ 3,5 milhões? O que foi feito de quase R\$ 11 milhões que sobraram? Se esta unidade não atende alta complexidade, se não está investindo na ampliação da sua infra-estrutura física e na aquisição de equipamentos, se não está remunerando os docentes do curso de medicina; como estão sendo aplicados tais recursos? Se não existe transparência de gestão, como a sociedade pode fiscalizar a aplicação dos recursos?

Quanto a isso, o Conselho Municipal de Saúde já constatou que o HU nega leitos para internação, mesmo tendo vagas disponíveis, gerando lotação no Hospital Evangélico de Dourados (HE), que também atende o Sistema Único de Saúde. Segundo a direção do HU, o hospital está cumprindo o que está preconizado nas portarias técnicas do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Então a responsabilidade pela crise na Saúde Pública do Município de Dourados é o Governo Federal?

Se considerarmos somente o repasse dos recursos federais alocados na lógica da prestação de assistência (FAE e FAEC) onde se avalia o município através de informações de serviços realizados, tivemos em 2005, uma “sobra” de recursos cujo montante é de R\$ 5.843.308,10 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e oito reais e dez centavos).

A título de comparação, esses R\$ 5,8 milhões que “sobraram” em Dourados, são superiores ao teto financeiro anual da quarta maior cidade do Estado, Três Lagoas. Resultado dessa equação perversa: o Município de Dourados tem os piores indicadores de mortalidade materna e mortalidade infantil do Mato Grosso do Sul, ou seja, não são números frios, são estatísticas que refletem sofrimento e perda de vidas humanas.

Segundo relatos do Conselho Municipal de Saúde, em verificações “in loco”, no dia 05 de Abril havia 20 vagas disponíveis no HU e ainda assim 06 solicitações de internação do HE foram negadas; no dia seguinte, com 13 vagas disponíveis, o HU negou ao HE as 05 solicitações feitas; e no dia 09 de Abril o HE pediu 02 vagas, negadas pelo HU, mesmo com 22 vagas disponíveis.

Categoricamente o Conselho Municipal de Saúde afirma que “os pedidos feitos pelo HE são de especialidades médicas compatíveis com o atendimento do HU”. Revelou-se a má-fé da direção do HU, ao chamar força policial para impedir a entrada dos Conselheiros Municipais de Saúde no HU. O que haveria para ser escondido dos membros da instância máxima de deliberação sobre a saúde pública no município?

O resultado mais cruel dessa negligência do HU, é que pacientes do SUS estão sendo internados em cadeiras “de fio” no HE.

Pois bem, esclarecer a suspeita de que recursos públicos não estão sendo efetivamente aplicados nas atividades finalísticas do Hospital Universitário, vez que paira a suspeita de que estariam sendo aplicados apenas em atividades meio, sem retorno para a população da região, é o fulcro da presente Indicação.

Vislumbramos que somente uma auditoria nas contas do Fundo Municipal de Saúde, da Fundação Hospital Universitário e da Prefeitura Municipal de Dourados, seria adequada para se revelar o verdadeiro destino dos recursos federais, e também para dar uma resposta à população douradense quanto aos motivos de terem precária assistência pública de saúde, havendo tantas verbas disponíveis à Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em      de maio de 2006.

**GERALDO RESENDE**  
**Deputado Federal - PPS/MS**